



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BEM COMUM

ENRAIZAMENTO E COMBATE À POBREZA RURAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DA MULHER, DA CULTURA, DO MEIO AMBIENTE E DO TERRITÓRIO DO QUILOMBO TABACARIA¹

MORAIS, João Rafael Gomes de²

²Mestrando PPGS/UFPE, Bacharel em Ciências Sociais ênfase em sociologia rural UFRPE, Recife, Pernambuco, joao.rafael@yahoo.com.br.

RESUMO

Na atualidade, a sociologia econômica vem contribuindo de maneira substancial para os debates que envolvem o desenvolvimento rural no território brasileiro. É dentro desse contexto que apresentamos este estudo cujo objetivo central é analisar a dinâmica de desenvolvimento local protagonizadas pelas mulheres do Quilombo Tabacaria sobre o prisma da construção de circuitos curtos agroalimentares e de serviços turísticos através do enraizamento de empreendimentos rurais. Para cumprimento do escopo do estudo adotamos o método da pesquisa-ação. Deste modo, o estudo está estruturado em seis partes. A primeira, é composta pela introdução; a segunda parte, realizaremos um breve resgate histórico do Quilombo Tabacaria e seus problemas centrais. Na terceira, parte buscaremos analisar as possibilidades de desenvolvimento local da comunidade a partir de um olhar teórico embasado no enraizamento socioeconômico de empreendimentos na construção social de mercados e de circuitos curtos. Na quarta parte, detalharemos o processo de compartilhamento de responsabilidades, execução, monitoramento, avaliação e ajustes das ações previstas pelo plano de ação. Na quinta parte apresentaremos os principais resultados alcançados e identificaremos os principais desafios a serem enfrentados. Na parte final do estudo, realizaremos as considerações gerais sobre o processo de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Enraizamento, Circuitos Curtos, Desenvolvimento Rural.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

No Brasil, uma parcela significativa de estabelecimentos rurais camponeses (familiares), de comunidades indígenas e quilombolas estão circunscritos na região semiárida nordestina, sendo das regiões deste clima, a mais habitada do mundo. Devido a um conjunto de fatores, sejam eles, fundiários, sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos e políticos, fizeram com que essas populações rurais possuíssem baixos indicadores de educação, produtividade e renda, propiciando assim, as condições favoráveis para reprodução de quase a metade da pobreza rural existente em nosso país.

De certa maneira, essas populações sofrem o bloqueio de suas potencialidades, em graus e maneiras distintas, orquestrado principalmente pelas forças dominantes na agricultura, no meio rural e pelo conjunto da sociedade brasileira (WANDERLEY, 2017, p. 66). Esse bloqueio é potencializado principalmente por dois fatores: o primeiro é ambiental, já que a região é caracterizada pela existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas; o segundo é socioeconômico, com uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde grande parte da população rural habita e produz em minifúndios (ou através de relações precárias de acesso à terra), com baixo grau de escolaridade, relações de gêneros desiguais, ausência de capital (investimento e custeio) e recursos hídricos, com uso de tecnologias de produção inapropriadas, inseridos em mercados locais restritos (SILVA; COSTA, 2014, p. 950).

Esses fatores contribuem para formatação de um quadro de insegurança sistêmica (alimentar, hídrica, laboral e renda) para famílias rurais, provenientes tanto de fatores sofridos “da porteira para dentro” quanto

¹ Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural, Instituto HABITAR.



de fatores sofridos “da porteira para fora”. Por esses motivos, Buainain e Garcia (2013, p. 133) afirmam que o contexto local influencia e delimita o universo e as estratégias de geração de receitas (agrícolas e não-agrícolas), bem como as condições de produção e comercialização de seus produtos e serviços.

A região semiárida nordestina cristaliza um dos mais relevantes desafios para o desenvolvimento rural da (pós-)modernidade, muito bem colocado por Wanderley (2000, p. 113), quando indicou para a necessidade de se inserir plenamente os espaços e as populações rurais empobrecidas na dinâmica econômica e social moderna, assegurando concomitantemente a preservação dos recursos naturais como um patrimônio de toda a sociedade.

Na atualidade, muitos/as pesquisadores/as do meio rural brasileiro avaliam que um dos possíveis caminhos a serem percorridos para a dinamização das economias de base familiar no meio rural pode se dar por meio da adoção de uma abordagem calcada no processo de “construção de mercados” (MALUF, 2004, p. 305), privilegiando a constituição de circuitos (sistemas) curtos de produção, distribuição e consumo de alimentos e serviços diferenciados em âmbito comunitário, local e regional, como parte integrante da concepção de formação de sistemas alimentares descentralizados (SAD) como estratégia de soberania e segurança alimentar e nutricional (MALUF; LUZ, 2017a, p. 215). Essa perspectiva busca aproximar os produtores e os consumidores locais e regionais, diminuir custos e melhorar a qualidade dos produtos e serviços, além de valorizar o saber local e aproveitar as vantagens ambientais e territoriais.

De certa maneira, a abordagem sugere que os empreendimentos de base familiar no meio rural brasileiro sejam fomentados e organizados a partir de dinâmicas *enraizadas (embeddedness)* em relações (e aptidões) socioculturais que valorizem sua localidade, tradição, origem, natureza e o seu modo de produção, sendo esses seus maiores apelos comerciais (NIEDERLE, 2009, p. 7-8).

No Brasil, essa chave analítica tem contribuído para o aperfeiçoamento de nossa compreensão sobre os fenômenos que envolvem a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no que diz respeito aos circuitos curtos e aos mercados alternativos agroalimentares, além dos processos agroindústrias familiares e das dinâmicas de agregação de valor de produtos artesanais desenvolvidos em municípios de médio e pequeno portes no interior do país.

O principal esforço deste estudo é averiguar como essa abordagem pode contribuir no processo de fomento, organização e gestão de empreendimentos e negócios rurais que visem gerar trabalho e renda em comunidades rurais com alto índice de pobreza, insegurança alimentar e escassez hídrica. Associado a isso, busca-se analisar a dinâmica de desenvolvimento local em curso na Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria (Quilombo Tabacaria)² sobre o prisma da construção de circuitos curtos agroalimentares e de serviços turísticos através do enraizamento de empreendimentos de economia solidária constituídos a partir das identidades (potenciais) socioculturais, ambientais e territoriais.

Conforme dados oficiais, o Quilombo Tabacaria é composto por 89 famílias e é uma das comunidades rurais mais precárias do Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2015, p. 18). Por este motivo, o estudo calçou sua

² Localizado no município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas.



metodologia com base nos preceitos da pesquisa-ação a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando diferentes instrumentos (reuniões, visitas técnicas, entrevistas, oficinas temáticas) de coleta dos dados para construção do plano de ação. Para Thiollent (1985, p. 14 apud GIL, 1989, p. 48) a pesquisa-ação é “realizada em estreita associação com uma ação, ou com a resolução de problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. A participação do pesquisador dentro deste contexto se deu por intermédio do Instituto Nordeste de Cidadania e Moradia Popular (HABITAR)³ que, desde de 2014 até a presente data, vem desenvolvendo um plano de ação em conjunto com os componentes do Quilombo Tabacaria, visando alcançar o desenvolvimento local/territorial e promover suporte técnica e extensão rural.

Com isso, toma-se como referência o roteiro (as etapas) sugerido por McKay e Marshall (2001 apud COSTA, POLITANO; PEREIRA, 2014, p. 897-898) para sistematização dos dados através do método da pesquisa-ação. Deste modo, o estudo está estruturado em seis partes (seções). A primeira é composta por essa introdução; a segunda será realizada a partir de breve resgate histórico da trajetória do Quilombo Tabacaria e seus problemas centrais; com a terceira parte buscaremos analisar as possibilidades de desenvolvimento local da comunidade quilombola por meio de olhar teórico embasado no enraizamento socioeconômico, na construção social de mercados e nos circuitos curtos e regionais; Na quarta parte detalharemos o processo de compartilhamento de responsabilidades, execução, monitoramento, avaliação e ajustes das ações previstas pelo plano de ação; Na quinta parte apresentamos os principais resultados alcançados e identificaremos os principais desafios a serem enfrentados; Na parte final do estudo, realizamos as considerações gerais sobre o processo de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quilombo Tabacaria é um dos exemplos mais cristalinos da desigualdade e da desatenção das políticas públicas para com os estratos mais empobrecidos de nossa população. Segundo Costa (2015), a comunidade quilombola Tabacaria está inserida geograficamente na região onde, no século XVII e XVIII, orbitou os “Mocambos dos Palmares”, lugar de centralidade política e estratégia⁴. A pesquisadora cogita a possibilidade de que as famílias quilombolas de Tabacaria possam ser descendentes diretas desses mocambos palmarinos e se vinculam a uma história de resistência e de luta antiga, de mais de 300 anos. Com o arrefecimento da guerra contra os quilombos na época colonial, famílias foram construindo seus espaços de pertença e produção e foram gradativamente sofrendo pressões provenientes da expansão da pecuária extensiva desenvolvidas por fazendeiros. Essa expansão das áreas de pastagem ensejou um conjunto de conflitos (violentos e não-violentos) entre a comunidade e os fazendeiros, e com o passar dos anos, essas pessoas chegaram numa situação que já não tinham terra para residir e muito menos para produzir sua lavoura.

Em 2004, se inicia os primeiros movimentos de mobilização através da Associação da Comunidade

³ O pesquisador compõe o quadro diretivo da instituição.

⁴ A distâncias em linha reta entre os municípios de União dos Palmares e Palmeira dos Índios é de 72 km.



Quilombola Povoado Tabacaria para que a comunidade fosse reconhecida como remanescentes dos quilombos. Em 2005 conseguiram a certificação da Fundação Palmares, porém, com o aumento das ameaças e dos atos violentos dos fazendeiros, as famílias quilombolas acamparam em frente a Fazenda Condic e a Fazenda Boa Vista, terras ocupadas, historicamente, por seus ancestrais. No decorrer dos anos de 2007 e 2008 houve a tramitação dos procedimentos de reconhecimento e demarcação do território que culminou em 2009 com o decreto de desapropriação do território de 410 hectares⁵ pelo então Presidente Luiz Inácio da Silva. As resistências, os desafios e as condições de vida da comunidade nesse período foram abordadas em alguns estudos acadêmicos, “uns de maneira mais tangencial, outros de forma mais aprofundada” (CHASIN, 2009; MARQUES; MENDES; SILVA, 2012; VIEIRA, et al, 2013; LUSA, 2014).

Segundo os dados do Governo do Estado de Alagoas (2015, p. 18) no ano de 2014, das 89 famílias quilombolas, cerca de 31 famílias residiam em casas de lona, as demais residiam em casas de taipa e alvenaria precária. Costa (2015, p. 05) coloca que em 2007 cerca de 70% dos quilombolas dependiam da renda gerada pelo Programa Bolsa Família para sobreviver já que a renda externa, obtida fora de suas unidades produção (prestação de serviços), não geravam rendimentos suficientes para subsistência de suas famílias. Pondera-se que, mesmo com baixo nível de escolaridade, as famílias possuem um amplo repertório de saberes tradicionais vinculados a sua história e trajetória, sobre a fiação do algodão, produção de artesanatos, manipulação de ervas medicinais e manifestações culturais (o reisado e a banda de pífano). Estes elementos fazem com que essas pessoas não possuam uma relação meramente mercantil com a terra, mas como um território de vida e de memória.

De maneira geral, existia uma carência de infraestrutura e de serviços na localidade, expresso na questão energética (a maioria das residências tinham ligação irregular de energia elétrica), hídrica (existia apenas um poço artesiano desativado, pequenos barreiros, dois açudes e abastecimento esporádicos por meio de carros pipas), sanitária (a maioria das pessoas faziam suas necessidades fisiológicas na vegetação local), produtiva (famílias descapitalizadas e sem tecnologias apropriadas para iniciarem empreendimentos agrícolas e pecuários), creditícia (as famílias não tinham acesso a linhas de crédito) e documental (a maioria não possuía declaração e aptidão ao Pronaf – DAP). Esse conjunto de elementos, propiciaram as condições ideais para a reprodução da pobreza e da exclusão social da comunidade dentro do contexto local e regional.

De certo modo, após o decreto de desapropriação dos terrenos e reconhecimento do território quilombola em 2009, parece ter ocorrido um certo esfriamento da capacidade de mobilização dos/as associados/as do Quilombo Tabacaria. O universo de parcerias com comunidade estava limitado à Fundação Palmares e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Naquele momento, nem o governo municipal, nem o governo estadual mostraram-se sensibilizados com as demandas latentes da comunidade por habitação, alimentação, produção, saúde, transporte e renda.

Então, no início do segundo semestre de 2014, por intermédio da representante da Fundação

⁵ Segundo o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA) o módulo fiscal no município de Palmeira dos Índios é 35 hectares, ou seja, 410 dividido por 89 famílias chegamos ao resultado de 4,60 hectares por família em média, isso quer dizer que proporcionalmente cada família quilombola terá a sua disposição apenas um quinto da área sugerida pelo módulo fiscal.



Palmares, tivemos o primeiro contato com as lideranças da Associação do Quilombo Tabacaria promovido pelo Instituto Habitar. E foi através de reuniões, visitas técnicas e oficinas temáticas realizadas com o conjunto das 89 famílias quilombolas que foram identificados os principais problemas que afligem a comunidade, sendo eles: 1) Construção de 89 unidades habitacionais; 2) Implantação de projeto de geração de trabalho e renda para a comunidade. Naturalmente existiam outras demandas, mas o conjunto das famílias definiram esses dois como os objetivos centrais a serem atingidos por ordem de prioridade e de necessidade.

Com a construção participativa do Plano de Ação comunitário definimos as ações do plano por ordem de prioridade. O compartilhamento de responsabilidades entre o Instituto HABITAR e os dirigentes da Associação do Quilombo Tabacaria ficou nos seguintes termos: A HABITAR sendo responsável pela parte técnica, ou seja, pela parte de elaboração dos projetos de habitação e de empreendedorismo rural; e a Associação da comunidade como responsável para processo de diálogo e mobilização de apoios políticos (Prefeitura, Vereadores, Deputados Estaduais, Governo do Estado, Deputados Federais, Governo Federal). Considerando os recursos limitados disponíveis de ambas as partes, ficou acordado que os esforços iniciais seriam feitos na busca de recursos e políticas públicas para resolução da questão habitacional da comunidade. Entre as opções disponíveis identificamos o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). No entanto, a experiência de atendimento deste eixo de ação (habitação) será objeto de outro estudo. Agora nos deteremos especificamente ao processo de geração de trabalho e renda junto às mulheres do quilombo.

No que se refere ao empreendedorismo, buscamos construir, em ação conjunta com a comunidade, as linhas gerais do projeto. A primeira diretriz foi sobre a ampliação do cardápio alimentar das famílias do quilombo, ou seja, criar mecanismos para garantir a segurança alimentar; A segunda diretriz apontou a necessidade de implantar iniciativas agropecuárias sobre modelo agroecológico e orgânico por considerar que esses modelos produtivos são mais adaptados às condições climáticas e econômicas da comunidade; A terceira diretriz buscou valorizar a cultura local como insumo das estratégias de geração de trabalho e renda para o Quilombo, ocorrendo através da valorização da gastronomia e da utilização do potencial turístico da comunidade quilombola, tendo como fundamento as manifestações artísticas e a trilha que levava aos pontos históricos da comunidade.

Considerando a condição socioeconômica das famílias, a situação de extrema exclusão social e a quase inexistente de esteio econômico conciliada à frágil estrutura produtiva da comunidade, focamos nossos esforços no processo de captação de recursos não reembolsáveis para financiamento do projeto produtivo, motivado principalmente pela inexistência de capacidade de pagamento das famílias quilombolas.

No dia 05 de junho de 2017, o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal realizou um chamamento nacional através do edital de Seleção de Projetos de Desenvolvimento e Cidadania 01/2017 disponibilizando o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para investimento em 20 (vinte) projetos sociais. Em diálogo com a direção da associação do Quilombo, definimos que o projeto social iria focar o trabalho socioprodutivo com as mulheres quilombolas. A partir desta definição, foram convocadas as mulheres interessadas para desenvolvermos uma proposta em conjunto na perspectiva do empoderamento,



inclusão produtiva e acesso à cidadania por meio de três eixos de ação: I) Produção de alimentos saudáveis e segurança alimentar; II) Valorização das identidades culturais e patrimônio socioambiental; III) Fomento às iniciativas e empreendimentos de economia justa e solidária.

Considerando esses eixos, propusemos o Projeto intitulado “Mulheres Quilombolas e Identidades Culturais: Implantação e Gestão de Empreendimentos e Sistemas Financeiros Solidários como Estratégia de Promoção da Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Geração de Trabalho e Renda” com o objetivo de implantar 04 (quatro) unidades de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) e consorciar horticultura e avicultura, sendo gerido de forma associativa, rotativa e alternada pelo grupo de mulheres.

Assim, a valorização do patrimônio social, cultural e ambiental do Quilombo Tabacaria ocorreria por intermédio de iniciativas empreendedoras, através da construção de cardápio local e aquisição de equipamentos e utensílios para estruturação de cozinha/restaurante comunitário, visando o fomento ao Turismo Étnico Cultural. Além disso, realizaríamos o levantamento das potencialidades turísticas, com a construção de roteiros, exposição fotográfica e produção de conteúdo audiovisual, a fim de incentivar e fortalecer a identidade cultural quilombola. Estes empreendimentos coletivos seriam retroalimentados e ampliados por meio da implantação e gestão de um Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Quilombolas.

As ações propostas visam, principalmente, fomentar negócios rurais que possam ser alternativas de convivência e permanência da população quilombola em seu território ancestral através da organização de empreendimentos que sejam entrelaçados visando à inclusão produtiva e à organização social dessas famílias. De certa forma, a proposta considera que as mulheres quilombolas serão os vetores de enraizamento dessas novas práticas produtivas, financeiras e sociais, inovando através da valorização das suas identidades socioambientais e culturais, fortalecimento, assim, o capital social comunitário.

Os empreendimentos rurais serão instituídos através de um Regimento Interno (RI) que detalha as normas e procedimentos de gestão das hortas, da cozinha e do fundo rotativo, fomentando o protagonismo, a reciprocidade e a solidariedade entre as mulheres e a própria comunidade. Portanto, a implantação das unidades produtivas, a promoção dos atrativos turísticos, a construção do cardápio gastronômico aliado à estruturação da cozinha/restaurante comunitário, acrescido da implantação do Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Quilombolas seriam os instrumentos que facilitariam o desenvolvimento das diversas dimensões da vida das beneficiárias através da construção de laços e visões de futuro comuns entre essas mulheres, tendo como motivação os produtos resultantes desses empreendimentos.

Esse entrelaçamento se daria pelos seguintes fatores considerando a metodologia da execução do projeto: a) as 04 (quatro) unidades de Produção Agroecológica Integradas e Sustentáveis (PAIS) seriam geridas de maneira coletiva, propiciando espaços de partilhas, afinidades e identidades em comum na perspectiva de agregar competências e pessoas para montar estratégias de geração de trabalho e renda com a adoção do modelo agroecológico e a diversificação produtiva. Cada horta será gerida de forma associativa, rotativa e alternada e só acessará os recursos do Fundo Rotativo as mulheres que passarem por esse processo. O resultado do produtivo das hortas terá como objetivo primeiramente garantir a segurança alimentar das famílias envolvidas, assim como, gerar renda para as mulheres, além de retroalimentar o Fundo



Rotativo; b) O fortalecimento da gastronomia coaduna com as estratégias produtivas, possibilitando à comunidade a comercialização dos produtos *in natura* beneficiados através de receitas tradicionais (saber acumulado das mulheres) e agregando valor à dinâmica de fomento, ao turismo no quilombo. Nesse sentido, a valorização dos atrativos sociais, culturais e ambientais visam contribuir para criação de fluxo turístico que, por sua vez, possibilitem a ampliação das oportunidades de trabalho e renda, tendo como suporte o Fundo Rotativo Solidário das Mulheres Quilombolas. As mulheres do Quilombo terão o papel de tornar realidade os projetos e as iniciativas locais (agrícolas e não agrícolas) de empreendedorismo, criando, assim, um instrumento de fomento ao ciclo virtuoso das oportunidades de trabalho e de renda a partir laços de cooperação e de valorização do seu patrimônio socioambiental; c) a realização das exposições fotográficas nos municípios de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios, coadunados com a divulgação do vídeo de divulgação dos potenciais turísticos, daria as condições de atração turística.

Em janeiro de 2018 iniciamos as ações do Projeto, um conjunto de 30 mulheres passaram por processos de capacitação de recursos que duraram 72 horas de ação preparatória e processo seletivo para composição dos empreendimentos. Desse conjunto, apenas 20 mulheres iriam compor as 4 hortas divididas em grupos de 5. Conforme o desembolso financeiro do projeto, o recurso disponível na 1ª parcela tinha como finalidade a implantação das quatro hortas PAIS, para tanto, realizamos um mutirão com o conjunto das mulheres (e seus familiares) para preparação do local onde iríamos instalar as hortas.

Para instalação das unidades produtivas, realizamos a adução do terreno, juntamente com a aquisição de equipamentos dando destaque à estratégia hídrica adotada: adquirimos caixas d'água de 5.000 mil litros e sistemas de irrigação por gotejamento para garantir infraestrutura de armazenamento e distribuição de água que buscasse otimizar ao máximo o recurso natural. Outro elemento a ser destacado é que as hortas foram dotadas de recursos iniciais para andamento do empreendimento, sendo adquiridos aves, sementes e insumos para realização do primeiro ciclo produtivo. Por conseguinte, a comercialização dos produtos oriundos das hortas foi realizada na própria comunidade para visitantes, por meio de carro de mão, porém, uma parte da produção foi escoada para o PAA.

Os desafios da construção das relações de reciprocidade, solidariedade e corresponsabilidade entre as mulheres surgiram logo no processo de organização do mutirão, e se estendeu até o processo de implantação e gestão das hortas. Mesmo que os grupos tenham sido formados por elas mesmas, a partir das relações de parentesco e afinidade entre as partes, muitos conflitos surgiram provenientes principalmente por dois fatores: a) a gestão e o controle sobre a divisão de trabalho; b) A contabilidade, prestação de contas e divisão dos lucros entre os componentes do grupo. É importante ressaltar que mesmo o projeto sendo instituído através do Regimento Interno, a figura da coordenadora e todas as regras de gestão e repartição dos lucros, as mulheres possuíam grande dificuldade de introjetar as regras, e principalmente, criar relações de confiança mútua. Das 4 hortas implantadas, 3 apresentaram problemas mais agudos de gestão. A equipe de acompanhamento formada pela coordenação, assistente e o consultor agrônomo constantemente realizavam reuniões de orientação de gestão financeira e gestão produtiva.



Na implantação de qualquer projeto de desenvolvimento rural em comunidades de baixa renda deve-se levar em consideração que essas populações possuem pouca experiência no manejo de recursos materiais, financeiros e simbólicos e, por isso, do ponto de vista pedagógico, os conflitos de interesse são na verdade os insumos para construção dos projetos comuns, onde a individualidade de cada qual surge no coletivo como fato cristalizado numa atitude ou conduta, e a partir de então pode ser debatida e ajustada. Niederle (2009), estudando os mercados convencionais e os alternativos recorre a Granovetter para explicar os desafios de mudanças de conduta das pessoas (ou organizações) nos espaços mais recíprocos e solidários organizados em rede. Acredito que essa reflexão também pode nos ajudar a explicar que

A má-fé ou o egoísmo não deixam de existir em prol do desinteresse, da confiança e do altruísmo de relações idealmente fundadas em laços de solidariedade recíproca. As redes permitem todo tipo de comportamento, inclusive o oportunismo e a desonestidade, o que faz com que nenhuma ação seja previsível *ex-ante*. Os atores podem usar sua centralidade na rede para influenciar o comportamento dos demais em benefício próprio (Idem, 2009, p. 19).

Esses fatores quando trabalhados junto às populações empobrecidas em condições materiais e ambientais restritas não podem ser considerados como características e intrínsecas a esses grupos, devemos na verdade considerar que são expressões miméticas das condutas prevalecentes na atualidade, onde as oportunidades de lucro imediato muitas vezes suplantam acordos que trarão resultados apenas a médio ou longo prazo. O desafio no enraizamento de empreendimentos rurais em comunidades empobrecidas no semiárido nordestino perpassa principalmente pela disponibilização de insumos materiais e simbólicos (equipamentos e informação) para que as pessoas possam gradativamente desenvolver suas capacidades e competências, concomitantemente, introjetando e construindo relações recíprocas e solidárias que só podem florir com a capacidade de escuta mútua, repactuação de acordos e acompanhamento dos resultados.

Em agosto de 2018, realizamos a Oficina de capacitação com as 10 mulheres responsáveis pela Cozinha Comunitária, contamos com a consultoria de uma nutricionista, além disso, realizamos a compra dos equipamentos e utensílios para estruturação do espaço culinário. O empreendimento culinário tem como objetivo utilizar parte dos alimentos produzidos nas hortas, além de dar suporte ao futuro fluxo turístico que o quilombo Tabacaria venha ter. Para além dessas possibilidades, o grupo de mulheres também poderá comercializar seus produtos junto às políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra possibilidade também é que o grupo possa montar a cozinha em festas de padroeiros que existem nos distritos do município de Palmeira dos Índios. O grupo de mulheres responsáveis pela cozinha conseguiram implantar a metodologia de gestão social de maneira satisfatória, fazendo com que o empreendimento fortalecesse os laços de reciprocidade e solidariedade como parte integrante do processo de geração de trabalho e renda. Neste mesmo período foram coletadas as imagens do Quilombo que irão compor o vídeo promocional, bem como a exposição fotográfica itinerante nos municípios.

No mês de outubro de 2018, realizamos implantação do Fundo Rotativo das Mulheres Quilombolas. Para isso, foi disponibilizado para gestão – por parte da associação – o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)



que teve que ser aplicado no incentivo de empreendimentos para colaborar com a valorização cultural e ambiental do Quilombo. O conjunto da associação quilombola definiu em Regimento Interno para as linhas de investimento e as taxas de juros que seriam cobradas mensalmente, no mínimo de 2% e no máximo de 3%. Participou desta primeira rodada de crédito apenas o grupo de mulheres da cozinha comunitária (pois o Projeto não previu recursos financeiros para compor o capital de giro do empreendimento). Os grupos de mulheres das hortas, por fatores vinculados à prestação de contas dos respectivos empreendimentos, não estavam em condições de participarem da primeira rodada de crédito, sendo ainda necessário realizar o processo de acompanhamento e ajustes dos problemas de gestão, para que futuramente possam participar do fundo rotativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, promover o desenvolvimento local calcado no fomento de empreendimentos rurais enraizados em comunidades empobrecidas no semiárido Nordeste não é uma tarefa fácil por se tratar de um processo educativo processual que envolve não apenas a implantação de atividades produtivas para geração de trabalho e renda, como também, se refere à oferta de melhores condições de moradia. Por isso, segundo Niederle (2009), economias e instituições enraizadas demandam a criação de ambientes propícios para o fomento de relações recíprocas e solidárias.

No dia 18 de outubro de 2017 foram entregues as 50 unidades residências com cisternas para as respectivas famílias beneficiárias. Das 39 famílias restantes, apenas 33 estavam aptas para acessar o PNHR, que no período de março de 2017 abriu edital recepcionando novos projetos. No entanto, por equívoco de preenchimentos dos dados por parte da CEF, a proposta não foi identificada como quilombola, e a comunidade não foi selecionada para contratação naquele ano. No dia 25 de setembro de 2018, o Ministério das Cidades publicou a Portaria de N° 597, na qual se encontrou a proposta do Quilombo Tabacaria como selecionada. Todas as exigências foram cumpridas do ponto de vista técnico (de engenharia) e social, no entanto, o projeto ainda não foi contratado tendo prazo máximo estabelecido até o dia 31 de março de 2019.

Quanto ao projeto produtivo, 3 grupos de mulheres responsáveis pelas hortas ainda continuam com dificuldade de gestão do empreendimento, fazendo com que novas reuniões fossem agendadas visando discutir a exclusão e substituição de algumas das beneficiárias. Esta conduta teve como motivação a ausência de prestação de contas por parte desses grupos, ficando o processo de gestão dessas hortas agora vinculada a uma comissão de dirigentes da associação. É importante ressaltar que a iniciativa foi exitosa, mostrou-se promissora e com significativa capacidade de gerar renda (mesmo tendo certa dificuldade de acesso à água nos períodos de verão). No entanto, a falta de prática para gestão financeira e a falta de compromisso de certas pessoas no cumprimento das regras estabelecidas originaram novas demandas, porém, cerca de 50% das mulheres permanecem por vontade própria e concordam como o novo modelo de gestão adotado.

A cozinha comunitária vem realizando o beneficiamento e a comercialização de produtos alimentícios com relativo sucesso, alguns grupos de universitários e estudantes do ensino médio vêm realizando visitas



na comunidade, embora seja possível que esse fluxo de visitantes possa aumentar depois das exposições fotográficas itinerantes e do vídeo de promoção dos potenciais turísticos divulgados.

Esses resultados não são estanques, novos acontecimentos irão ocorrer nos próximos quatro meses finais de acompanhamento do projeto produtivo, mas podemos considerar primeiro o sucesso da implantação dos empreendimentos, gerando maior capacidade alimentar para as famílias, além de gerar trabalho e renda. No entanto, o processo de enraizamento das pessoas e das práticas produtivas, comerciais e organizacionais de forma recíproca e solidária não acontece de forma imediata, demanda um amplo processo de aprendizado individual e coletivo. Caso contrário, se contribuirá para a permanência do cenário de pobreza, ausência de confiança e falta de parceria entre as famílias e os componentes da comunidade. E, para isso, deve haver mudança de uma postura reativa e assistencialista para uma postura proativa e empreendedora, o que requer tempo e instrumentos didáticos e pedagógicos que fomentem essa tomada de consciência para modificação da postura individual e coletiva.

A abordagem baseada na constituição de circuitos curtos através do enraizamento de empreendimentos de economia solidária constituídos a partir das identidades (potenciais) socioculturais, ambientais e territoriais mostra-se deveras promissora. Essa abordagem considera, antes de mais nada, que o mais importante não é apenas implantar e desenvolver atividades produtivas e serviços em comunidades rurais empobrecidas, mas ser necessário constituir relações de reciprocidade e solidariedade entre as pessoas como pré-requisito para o desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados e de qualidade.

Os resultados apresentados neste estudo não são estanques, o processo de desenvolvimento local a partir do enraizamento de empreendimentos rurais está em andamento, esperamos também em outros momentos poder detalhar de maneira mais aprofundada as etapas, os processos e os instrumentos utilizados nesta intervenção social. De certa forma, conseguimos parcialmente atender o plano de ação coletivamente acordado, mais é evidente que ainda há muito trabalho a ser feito.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/estudocomunidadesquilombolas.pdf/view>

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores. IN: Navarro, Z. S.; Campos, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília, CGEE, p. 133-176, 2013.

COSTA, Ana Carolina Estrela da. Quilombo de Povoado Tabacaria. Coleção Terras de Quilombo – Alagoas, Belo Horizonte, NUQ/FAFICH, OJB/FAFICH, NEAD, 2015.

COSTA, Eugênio Pacceli; Rogério; PEREIRA. Exemplo de aplicação do método de Pesquisa-ação para a solução de um problema de sistema de informação em uma empresa produtora de cana-de-açúcar. *Gest. Prod.* [online]. 2014, vol.21, n.4, pp.895-905. Epub May 09, 2014. ISSN 0104-530X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2014005000013>.

CHASIN, Ana Carolina da Matta. 20 Anos de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas: um balanço



da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Revista Política Hoje, Vol. 18, n. 2, p. 158-183, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politica hoje/article/view/3841/3145>

DAROLT, Moacir. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. Agroecologia. Práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, pp. 139-170, 2013.

GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social, ed. Atlas S.A. 2 edição, São Paulo, 1989.

LUSA, Mailiz Garibotti. Políticas públicas no semiárido alagoano e a resistência quilombola e camponesa frente à exploração capitalista. R. Pol. Públ, São Luís, Número Especial, p. 447-452, julho de 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3211/321131273048/>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese Indicadores Sociais. 2017.

MALUF, Renato S; LUZ, Lidiene Fernandes. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: Maluf, Renato S; Flexor, Georges (org.). Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjuntura e políticas públicas. 1 ed. Rio de Janeiro, e-papers, p. 214-224, 2017a.

MALUF, Renato S. Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil. In: Maluf, Renato S; Flexor, Georges (orgs). Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais: conjuntura e políticas públicas. 1 ed. Rio de Janeiro, e-papers, p. 179-193, 2017b.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; MENDES, Carmelita Bastos; SILVA, Weronike Caraíba Moreira. Pelo direito de ser diferente: a situação atual das comunidades quilombolas em Alagoas, Brasil. Educte: Revista Científica da IFAL, v.3, n. 2, p. 2012. Disponível em: <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/educcte/article/view/83/86>

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Agricultura familiar, sistemas agroalimentares Localizados - sials e as dinâmicas de desenvolvimento dos territórios rurais. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 238 - 256, set./dez. 2016.

NIERDELE, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR/CCR/UFMS, Ano XVI, n 18, jul/dez, 2009.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: Um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. Revista faz Ciência Unioeste, v. 15, n 20, jan/jun, p. 101-130, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. Sociologias, ano 13, nº 27, Porto Alegre, mai./ago, p. 180-219, 2011.

SILVA, A. G. da; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M. de; Navarro, Z. (editores técnicos). O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília-DF, Embrapa, p. 947-977, 2014.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistema agroalimentar e consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. Cuadernos de Desarrollo Rural 12(75), 55-75, 2015.

VIEIRA; Jorge Luiz Gonzaga; MAGALHAES, Fernanda Almeida; COSTA, Letícia Vieira Camêlo da; LIMA, Stephanie Maria Verçosa Cavalcanti. Quilombolas em Alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios. Refletindo o Direito: Revista eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário do CESMAC, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/refletindo/article/view/188>

WANDERLEY, M. N. B. "Franja periférica", "pobres do campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. IN: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs). Agricultura familiar



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 66-83, 2017. Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf

_____, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, v8, outubro, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>

WILKINSON, John. Perfis Emergentes do setor agroalimentar. IN: MALUF, Renato; WILKINSON, John (org). Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa. Redecapa, p. 27-44, 1999.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: "inputs" para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.